



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria do Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas
Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros

**REUNIÃO PARA INSTALAÇÃO DO SUBCOMITÊ CIENTÍFICO
– SCC DO COMITÊ DE GESTÃO DOS RECURSOS
PESQUEIROS DA BACIA AMAZÔNICA-CGBA.**

**29 E 30 DE OUTUBRO DE 2007.
MANAUS -AM**

DATA	AGENDA
29.10.07	
09:00hs	<p>1. Abertura da reunião - Instalação do Sub-Comitê Científico do CGBA</p> <p>2. Apresentação dos Membros Componentes do SC-CGBA</p> <p>3. Apresentação e Aprovação da Agenda</p>
09:30hs	<p>4. Apresentação do modelo de gestão do uso dos recursos pesqueiros utilizado pelo IBAMA</p> <p>4.1 esclarecimentos e discussão</p> <p>5. Apresentação do organograma e funcionamento do CGBA</p> <p>5.1 - esclarecimentos e discussão</p>
	<p>6. Discussão e encaminhamentos sobre o Regimento Interno do Sub-Comitê Científico do CGBA</p> <p>6.1 - discussão</p> <p>6.2 - encaminhamentos</p> <p>7. Apresentação do roteiro para elaboração da Proposta de Plano de Gestão Para o Uso Sustentável da Pesca na Bacia Amazônica</p> <p>7.1 - discussão sobre a proposta</p> <p>7.2 - encaminhamentos</p>
30.10.07	
	<p>8. Apresentação da problemática da pesca na bacia Amazônica, com relação ao ordenamento pesqueiro.</p> <p>8.1 discussão sobre o uso da rede de lance (redinha)</p>
	9. Considerações finais
	10. “Recomendações e Encaminhamentos” para constar em Ata
	11. Elaboração de agenda de trabalho para 2008.

Aos 29 dias do mês de outubro teve início a reunião para instalação do Sub-Comitê Científico do Comitê de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica – SCC-CGBA. José Dias, Coordenador da Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros – CGFAP/DIFLO, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes, agradecendo a participação de todos e falando de uma das atribuições que atualmente competem ao IBAMA: a gestão das espécies ameaçadas e sobreexploradas. Falou do modelo de gestão compartilhada que está sendo implantado, da criação de comitês, tanto na pesca continental quanto na pesca marinha. No que compete à pesca continental, foram recentemente instalados os Comitês de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica - CGBA e da Bacia do Rio São Francisco - CGSF.

José Dias fala sobre o processo de gestão para os recursos pesqueiros de bacia hidrográfica, da criação do CGBA e informa que convidou as instituições de pesquisa de cada estado que compõe a bacia Amazônica para compor o SCC, que terá a atribuição de assessorar e respaldar as medidas adotadas pelo CGBA, precedendo as reuniões gerais para dar embasamento às discussões.

Informa que apresentará uma proposta cujo modelo poderá ser adequado, considerando os pesquisadores e especialistas em cada assunto/recurso. Outros pesquisadores poderão ser envolvidos no Subcomitê.

Cada participante (conforme lista anexa) fez uma breve apresentação do trabalho que desenvolve. Em seguida foi apresentada uma proposta de agenda para discussão e aprovação. Após aprovação da agenda, foi apresentado o Modelo de Gestão adotado pelo IBAMA, com uma apresentação de slides (anexo), seguido de uma sessão de perguntas por parte dos pesquisadores.

Antônio Francisco/UF-AC, pergunta como e onde serão feitas buscas de fontes de financiamento para garantir os recursos às universidades, porque esse é o principal entrave no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa.

José Dias responde que a idéia é fazer convergir os recursos existentes para as necessidades que surgirem, e não descarta a possibilidade do MMA custear alguns trabalhos. O problema maior não é falta de recursos financeiros, mas de gestão desses recursos e demais encaminhamentos.

Carolina/UF-RO pergunta sobre o funcionamento do Comitê de Acompanhamento - SCA e SCC, e se precisarão criar novos grupos.

José Dias diz que a ideia é não serem criados novos grupos, e “não queremos perder a oportunidade de fazer as coisas acontecerem, podemos criar uma câmara técnica dentro de algum grupo já existente no estado, desde que com alguma governança do IBAMA, para que este faça acontecer as ações consideradas necessárias”. Diz que a principal condição é que o grupo tenha composição paritária entre governo e as representações da sociedade.

Júlio/UF-AP pergunta como ficam as outras bacias no estado como é o caso do Amapá, que além da bacia Amazônica possui outras bacias hidrográficas.

José Dias responde que o caso pode ser avaliado, podendo ser criada uma câmara técnica com interface com o CGBA.

Flávia/UF-PA retoma a pergunta sobre o funcionamento do SCC e o de SCA, em relação ao CGBA, ou seja a questão do monitoramento.

José Dias responde que vai depender da aplicação das medidas, mas que o coordenador do SCC estará sempre presente nas reuniões do CGBA, para levar aportes e trazer informações.

Janice/CEPTA, pergunta se o SCC-CGBA, subsidiará as decisões tomadas na bacia.

José Dias diz que a idéia é que tudo que se refere à pesca terá que passar pelo CGBA, lembrando que ele é deliberativo, mas não conclusivo. Ele será um Comitê assessor que subsidiará as decisões do IBAMA. A intenção é criar esses comitês em toda a bacia hidrográfica.

Porém, temos que ter cuidado porque muitas vezes algumas pessoas podem querer o usar o Comitê para obter vantagens.

Rodrigo/ UF-RR, pergunta como andam as formações dos Grupos de Gestão nos estados - GG.

Sara responde que já existem alguns GG já criados e em processo de implantação como os GG-AP, GG-AC e GG-RR. No Pará e no Amazonas já existem Grupos/Comitês estaduais formados pelo próprio governo estadual e o IBAMA esta tentando inserir-se como integrante nesses Grupos/Comitês.

Lúcia, da UFMT, pergunta como fica a situação da SEMA/MT que já é bastante atuante.

José Dias diz que o IBAMA vem tentando aproximação para trabalhos em conjunto, mas ainda são tomadas decisões estaduais sobre rios de domínio da União.

Antônio Francisco – UF/AC informa que o GG-AC houve uma reunião no mês passado e que estão discutindo já as questões sobre pesca.

Geraldo-INPA, lembra que há muitos conflitos de interesses e ações entre instituições federais e estaduais.

Pedi que fosse mostrado com mais clareza o campo de atuação dos órgãos federais e estaduais e quais seus campos de atuação, isso para que o SCC tivesse mais clareza sobre a competências de cada órgão. Falou também que achava necessária a presença da classe de pescadores nessa reunião para mostrar a problemática da pesca. Disse também que no roteiro apresentado sentiu falta da proteção ao meio ambiente em geral, porque a bacia não é só recursos pesqueiros e sim uma integração do meio ambiente. Lembra a importância da mata ciliar, a presença de pescadores, etc

Jose Dias responde que os pescadores estão presentes como componentes do CGBA, e que o saber tradicional está permeando as discussões, porém a há dificuldades de relacionamento entre o saber tradicional e o saber científico. O CGBA está representado por classes de pescadores e membros da sociedade civil. Devemos discutir uma forma de aproximação e isso é um desafio.

Um outro ponto que foi tocado sobre competências: A SEAP, poderia ser um órgão que articulasse e canalizasse recursos dos outros Ministérios para desenvolver as ações de fomento a pesca. Não tem condições de ser um órgão executivo. A concepção é que a SEAP deveria ser somente um órgão de fomento e não de gestão.

Quanto a integridade do Ambiente, não precisa de preocupações, pois está inserido nas discussões do plano, a questão do desmatamento, da agricultura, etc.

Clemeson pede para complementar o que o José Dias comentou. E diz que o modelo apresenta riscos: 1) como a situação das diferentes competências entre os órgão e sobreposição de competências 2) Competição Interinstitucional 3) Questões políticas conjunturais. Os objetivos não traduzem o interesse das classes, isso trás conseqüências ao funcionamento do Comitê. Temos que avaliar esses riscos e optar pelo caminho que apresente menos conflitos.

Rodrigo/UF-RR pede explique melhor a forma e a função do SCC como vai ser formado o SCA.

José Dias responde que o CGBA é consultivo e não deliberativo, porque existem fatores sociais e econômicos que poderão interferir nas tomadas de decisões. O SCC é assessor do CGBA, toda

reunião deste tem que preceder uma reunião do CGBA. As sugestões têm que sair de uma construção coletiva, consensuada.

O SCA é um extrato do CGBA.

Michel/ONG-PAGAÇU, pergunta se as ONGs podem participar do SCC.

José Dias responde que não as ONGs oficialmente, mas nada impede que pesquisadores dessas organizações participem das reuniões do SCC.

Janice/CEPTA diz que nada impede que pesquisadores vão às comunidades pesqueiras e pergunta se os pescadores estão representados no SCA e nos grupos de gestão.

José Dias responde que sim, são 3 da sociedade civil e 3 membros do estado retirados do próprio CGBA. No GG também estarão representados.

O plano irá apontar a forma de fazer e a instituição que poderá realizar esta ação.

Geraldo/INPA pergunta quais as perspectivas de cenário para que este comitê tenha uma continuidade não só na questão financeira, mas como grupo. Lembrando que a bacia amazônica não ocorre só no Brasil.

José Dias, responde que estamos tentando primeiro trabalhar a estruturação do CGBA e depois articular com os outros países da bacia Amazônica.

Geraldo/INPA sugere que o CGBA preveja a articulação com outros países, porque existem problemas nas áreas de fronteiras, principalmente no estado do Amazonas.

Carlos Ediwir diz que o SCC só começará a funcionar se ele tiver uma efetividade e uma agenda efetiva onde ele possa colaborar (ex. redinha, bagres, ornamentais).

José Dias diz que o próximo passo é trabalhar o regimento interno e depois a proposta de roteiro de plano e em seguida uma agenda de trabalho.

Geraldo/INPA, é importante que tenha a participação de outras especialistas.

José Dias diz que aceita as sugestões, mas com restrições.

Encerrada as discussões pela manhã.

As 14:00 retornaram a plenária para apresentação da proposta de regimento interno do SCC, e José Dias diz que deve deixar a quantidade de componentes do SCC em aberto, sugerindo uma alteração na proposta constante do art. 2º. Por essa razão, talvez não sejam citadas as instituições e sim os pesquisadores vinculados à elas.

O art. 7º, inciso I também deve ser revisto posteriormente, para definir se o SCC precisará de convocação para as reuniões ordinárias. Verificar a sugestão de acrescentar o termo “mediante consulta” no parágrafo do art. 8º; e rever inciso VIII (do art. 13 ou 12).

Geraldo diz que tiraria o termo “uso sustentável” no título do Plano, porque fazer gestão já é fazer o uso sustentável do recurso.

Clemeson diz que é o óbvio, mas não é prático.

Após as alterações do RI-SCC (anexo), ficou acordado que o documento deverá ser enviado aos pesquisadores, que terão prazo de 30 dias para apresentarem sugestões.

Após as contribuições ao RI_SCC, José Dias apresentou a proposta de roteiro para o Plano de Gestão, dizendo que a idéia é dividir em grupos e distribuir tarefas, e prever propostas de trabalho. Nossa proposta de roteiro foi retirada do documento “pesca responsável” da FAO e temos que adequar às realidades da bacia.

Queremos um documento onde qualquer gestor público saiba o que fazer para resolver um problema específico para gestão da pesca na bacia amazônica.

O Diagnóstico esta pronto, tem que identificar lacunas e apontar soluções.

Flávia/UF-PA, diz que não se pode fazer o “como” sem saber “o que”.

José Dias Pergunta: O que fazer? Atacar os principais ou todos? vamos eleger os recursos mais importantes? Precisamos fazer um trabalho intermediário e eleger o que vamos dar forma. O uso do recurso e direcionada por questões econômicas. Pensar em algumas tarefas para as próximas reuniões, ver o que tem disponível de bibliografia.

É feita a observação de inclusão da pesca esportiva no item 3 da Proposta de Plano .

Geraldo/INPA questiona o volume de informações e trabalho solicitados e pergunta quem vai fazer esse documento. Lembra que temos que definir prioridades: água, terra, pesca e homem juntos num documento com embasamento científico, é um grande desafio para gerar produtos e políticas.

José Dias diz que não quer sair da reunião com um documento pronto, queria a responsabilização de cada um em apresentar proposta de prioridades. Ver o que de excesso, sem mascarar o que é importante na questão pesqueira. Informa que o documento será apenas uma síntese dos itens, com referências bibliográficas.

Geraldo lembra que para que se tenha um documento minimamente com conteúdo, vai gastar tempo que os pesquisadores não têm. Lagosta é um recurso, mas bacia Amazônica é um mundo de biodiversidade, e não podemos comparar.

Flávia diz que não dá pra aplicar esse modelo a todos os recursos. Cita q serve pra piramutaba, mas não para ornamentais. Sugere listar os sistemas de pesca e tratar um em cada documento.

José Dias diz que, de qualquer modo, se for necessário, serão formados fóruns específicos. Voltando ao assunto, sugere em 60 dias enviar proposta sobre o plano.

Janice diz que o trabalho como se apresenta, vai gerar um documento denso, pesado. A sugestão é trabalhar pontualmente por recurso, pesca, etc.

José Dias diz que a proposta é porque não existe um só documento sistematizado para qualquer assunto de recursos pesqueiros.

É questionado como se daria essa sistematização, porque o assunto é extremamente vasto, qualquer síntese será um tratado, ou vai haver ausência de informações.

De volta à proposta de Plano, há ainda a sugestão de consultar a legislação internacional e, no item 6, acrescentar aquíicultura.

Encerramento do primeiro dia de reunião.

Dia 30/10/2007, reinicia a reunião e José Dias explica aos pesquisadores sobre a idéia de elaboração do Plano e gostaria de ver uma estratégia para sua elaboração. Precisa ampliar o leque

de especialistas nas diversas áreas, inclusive as que têm interface com a pesca: sociologia, economia, etc. e por isso solicita aos presentes a indicação de outros pesquisadores.

Carolina/UF-RO, ainda há uma grande preocupação com o grande volume de trabalho. Sugere uma proposta de elencar os principais problemas regionais mais urgentes e fazer pequenos pacotes para depois montar o plano final, pois muita coisa proposta já esta feita. Solicitar alguém para fazer uma revisão bibliográfica.

José Dias, diz que não quer trabalhar “apagando incêndio” e que temos que pensar num plano para curto, médio e longo prazo.

Carolina/UF-RO, pensar em grupo uma estratégia diferente.

José Dias Quem sabe criar Câmaras Técnicas por tópicos ou assuntos.

Lúcia/UFMT concorda com Carolina, acha que o Plano é para longo prazo e é importante se estabelecer prioridades.

Janice/CEPTA acrescenta que o Plano requer um volume muito grande de informações que serão dedicadas ao CGBA, um grupo muito heterogêneo que não vai ter como fazer uso imediato do seu conteúdo.

José Dias diz que seu ponto de vista é mudar a realidade, para não manter a gestão do modo que vem sendo tratada. O Plano ficará como uma bíblia para os futuros setores.

Antônio Francisco/UF-AC: Como se dará o uso desse material? Como vai funcionar nas esferas superiores?

José Dias esclarece que não há esferas superiores. O material produzido vai ser incorporado às políticas públicas do IBAMA e, caso a sociedade queira fazer modificações, tem que nos convencer.

Antônio Francisco/UF-AC, justifica a pergunta por que um trabalho demanda tempo, desgastes e gastos e, às vezes, o documento é publicado de maneira totalmente modificada, diversa do sugerido.

Flávia/UF-PA, não é uma questão de temer o tamanho do trabalho, e sim o caminho não ser o mais rápido para se atingir os objetivos. O roteiro é válido, mas se organizar começando pelo roteiro é colocar a carroça na frente dos bois. Não existem pontos de referencia biológicos, isso vai ser muito difícil de alcançar. Dividir em pequenas partes, começar pelo menor e atingir o maior ficará mais fácil de construir um todo e talvez seja mais garantia de sucesso.

Carlos Ediwar/UF-AM, diz que é difícil dizer que tem uma proposta que funcione para a bacia amazônica. Devemos começar por partes e eleger prioridades, encontrar especialistas que colaborem. Tem uma proposta de trabalho para alguns tributários do rio negro, e ainda assim o trabalho é complexo.

Antonio Carlos/UF-AM, as demandas da bacia são urgentes, tratar a bacia de forma segmentada talvez não seja o caminho. Deve-se pensar em ações e medidas estruturantes, universais. Pensar macropolíticas, quais as áreas prioritárias e, ao mesmo tempo, combinar com atividades mais concretas. Juntar experiências e montar um mosaico. A bacia é muito complexa, é necessário trabalhar a dimensão social e política da pesca. Temos que ser propositivos, pensar comedido.

Carolina/UF-RO, você não desfez o que dissemos, só suzerimos dividir em temas e nas próximas reuniões um workshop quem sabe, onde se juntam as informações e montam um pacote maior.

José Dias, As ações estruturantes são as nossas ações o desafio é como organizar o processo.

Jacqueline apresenta a lista de problemas que surgiram nas reuniões de ordenamento.

Flavia/UF-PA, foi realizado um seminário sobre aruanã, em Mamirauá, levantou-se dados de estoque e ficou constatado que o problema esta na pesca para fins ornamentais e não na pesca comercial.

Carlos Ediwari/UF-AM, tratar isoladamente a pesca amadora não é uma boa idéia. Pesca esportiva tem interações com outro tipo de pesca e vários conflitos.

Antonio Carlos-UF-AM, a idéia é pegar os temas transversal que nos unem. Ex. Conflito. Fazer caracterização da frota na bacia. Petrechos: a forma como o homem se relaciona com ele.

Geraldo/INAPA, Tratar o meio físico a questão ambiental como tema transversal (rio), os recursos pesqueiros, o pescador (quem são, onde estão concentrados, etc. pescarias (os impactos), Mercado (aspectos econômicos, regional, inovações tecnológicas).

Carolina quer que registre que o problema estrutural é grave, não tem como estabelecer limites de tamanho quando não há como fiscalização suficiente e o pessoal que trabalha nas pontas nem distingue uma espécie da outra, não há como conferir tamanho de pescado.

Geraldo/INPA sugere uma publicação apresentando nomes vulgares das espécies, descrição de petrechos, meios de transportes utilizados na pesca.

Renato sugere que os trabalhos tratem por principais tributários porque cada um tem peculiaridades relevantes. No rio madeira, por exemplo, não são encontrados grandes bagres.

Carlos Ediwari/UFAM, acho que as idéias não conflitam muito. Como será o tratamento a curto prazo?

Geraldo/INPA, O tem que tratar de grandes diretrizes para subsidiar os políticos e gestores.

Clemeson. Atenta para o uso dos espaços públicos de uso da água.

Geraldo/INPA: estamos entre dois extremos e estamos conseguindo ficar no meio termo. Precisamos sensibilizar o grupo.

Precisamos também fazer um trabalho descritivo pensar em nomes comuns de peixes petrechos e meios de transporte para o pescado e tipos de pesca.

Elaborar um sumário executivo para apresentar as propostas e sugestões para serem utilizadas pelos gestores.

Flávia: Temos que definir como serão as unidades de manejo. Biologia Pesqueira: O enfoque tradicional não vai funcionar, mas será que podemos adotar as zonas protegidas, em alguns casos vamos ter que adotar o tradicional mesmo.

Carlos Ediwari/UF-AM sabemos que existem muitos trabalhos na área de pesca, mas talvez tenhamos que gastar algum dinheiro para alguma lacuna na pesquisa.

Carolina diz que é importante discutir como isso será executado, como vai ser fiscalizado. Isso é muito bonito, mas não sabemos como vai ser encaminhado, por depender de políticas de governo federal e estaduais.

José Dias, a idéia do plano é se basear no que existe de informações sobre recursos pesqueiros na bacia para saber quais são as lacunas. De posse dessa informação se faz proposta de geração de conhecimento.

José Dias informa que vai fechar o documento como está, retrabalhar as propostas e enviar para todos por e-mail, dando 30 dias para retorno da posição de cada pesquisador e o porque. Devemos pensar como seriam as propostas de solução: O que? Como? Que prazos?

Com relação ao assunto sobre o uso da redinha (rede de cerco), serão feitas consultas, dependendo da complexidade, a portaria será publicada ou a discussão será adiada.

Janice pergunta se pode indicar um colega que é especialista em arraias de água doce.

José Dias diz que não sabe, uma vez que o pesquisador não está atualmente radicado na bacia amazônica.

Encaminhamentos:

- Envio das propostas de Roteiro de Plano retrabalhada aos pesquisadores até dia 30/11/2007. Eles terão 30 dias para enviar outras contribuições.
- 2º Reunião do SCC – de 14 a 18 de abril 2008
 - Aprovação do Regimento Interno
 - Eleição do Coordenador
 - Definir data da 3ª reunião, provavelmente em setembro de 2008.

Os pesquisadores querem saber o conteúdo da reunião para que possam vir preparados e com alguma documentação para apresentar.

Cada pesquisador dirá em quais temas se encaixam, para já termos uma previa das lacunas para procurar novos participantes para o SCC.

Sugestões apresentadas para o roteiro de plano

- Glossário descritivo e contextual da Amazônia (nomenclaturas: peixes, ambientes, apetrechos, transporte, atores)
- Descrição do status e execução do ordenamento pesqueiro na Amazônia e regionalmente
 - Fiscalização
 - Problemas políticos
 - Legislação (antiga e atual)
- Meio Ambiente

- Características das bacias e sub-bacias
- Impactos antrópicos (construção de barragens, garimpos, privatização de áreas, agricultura, pecuária)
- Unidades de conservação e áreas protegidas
- Recursos Pesqueiros
 - Grandes migradores (Bagres e Characiformes)
 - Pirarucu (Manejo e piscicultura)
 - Peixes ornamentais
 - Aruanã branca e preta (uso múltiplo)
 - Arraias
 - Camarão (*Macrobrachium* spp)
 - Quelônios
 - Jacarés
 - Boto
- Pescador
 - Aspectos culturais
 - Hábitos
 - Racionalidades
 - Tabus
 - Problemas sociais
- Usuários dos Recursos Pesqueiros
 - Consumidor direto

- Indústria (frigoríficos)
- Turismo
- Pescarias
 - Apetrechos de pesca (Caracterização, forma de uso e impactos)
 - Frota pesqueira (Caracterização, permissionamento e impactos)
 - Insumos da pesca (Gelo, caixa térmica, combustível, motores)
 - Transporte de pescado (Barcos de pesca, barco-recreios, canoas)
 - Pesca (comercial industrial e artesanal, subsistência, amadora e esportiva)
- Mercados
 - Tipologia e peculiaridades (natureza, tamanho, potencialidades - regionais, nacionais, internacionais, tendências)
 - Processamento do pescado (in natura, curtimento de couro, salga, subprodutos do pescado)
 - Inovações tecnológicas
- Conflitos da pesca
 - Uso de água
 - Acesso e uso aos recursos pesqueiros
 - Conflitos por áreas de pesca (arrendamento das margens dos rios e lagos na Amazônia)
 - Zoneamento de áreas para pesca esportiva
- Piscicultura
 - Tipos (extensiva e intensiva)

- Espécies utilizadas
- Legislação
- Propostas de ordenamento pesqueiro

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Determinações
- Orientações
- Dicas
- Proposta de educação ambiental

ANEXO
MODELO DE ROTEIRO DE PLANO APRESENTADO PARA DISCUSSÃO

VERSÃO PRELIMINAR

**PROPOSTA DE ROTEIRO PARA O PLANO DE GESTÃO PARA USO SUSTENTÁVEL DA
PESCA NA BACIA AMAZÔNICA**

I - INTRODUÇÃO

1 - CONSIDERAÇÕES ECOSSISTÊMICAS E ECOLÓGICAS DA BACIA

- 1 - Características fisiográficas
- 2 – Biodiversidade

2 - BIOLOGIA E PARÂMETROS POPULACIONAIS

Revisão bibliográfica, dinâmica populacional das principais espécies (Grandes Bagres Migradores, Caracoideos Migradores, Sedentários e Ornamentais) que poderão embasar o estabelecimento de estratégias ao plano, que devem incluir, no mínimo:

- Sistemática;
- Distribuição;
- Bioecologia;
 - Ciclo de vida;
 - Reprodução;
 - Alimentação;
 - Crescimento;
 - Mortalidade;
 - Habitat.
- *Status* populacional;

3 – DESCRIÇÃO DAS PESCARIAS POR RECURSOS (Grandes Bagres Migradores, Caracoideos Migradores, Sedentários e Ornamentais);

Panorama histórico e atual da exploração das espécies, regionalizado, proporcionando uma contextualização da necessidade da elaboração do plano de gestão, englobando os seguintes pontos:

- Áreas de pesca;
- Tipo de pesca (artesanal, de pequena escala, ou industrial e esportiva);
- Crescimento e desenvolvimento da frota (número de embarcações, características técnicas das embarcações, dinâmica da frota pesqueira);
- Petrechos de pesca;

- Esforço de pesca, produção, desembarque e CPUE (regionalizado);

4 - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Crescimento e desenvolvimento da atividade pesqueira no tocante aos aspectos sócio-econômicos:

- Identificação dos atores sociais envolvidos e os conflitos de uso;
- Caracterização sócio-econômica da pesca;
- Formas de comercialização do pescado (fresco, congelado, vivo, etc.), considerando a agregação de valor; e
- Caracterização dos mercados internos e externos;

5 - MEDIDAS DE ORDENAMENTO DO USO DO RECURSO

Histórico sobre a legislação que ampara a pesca e regulamenta o uso do(s) recurso(s) citando os instrumentos e as medidas de ordenamento (idade de 1ª maturação gonadal, épocas de defeso de reprodução e de recrutamento, áreas proibidas à pesca, petrechos proibidos, etc.).

6- OUTRAS AÇÕES ANTRÓPICAS SOBRE O RECURSO

- Poluição;
- Destruição de habitat;
- Mudanças climáticas;
- Agricultura;
- Desmatamento;
- Pecuária;
- Garimpo;
- Barragens para implantação de UHE.

II - OBJETIVOS DA GESTÃO

Ex. Promover a recuperação e a manutenção do uso sustentável dos estoques pesqueiros considerando os objetivos biológicos, ecológicos, sociais, econômicos, de extensão e legais numa visão de curto, médio e longo prazos, assegurando o compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários.

1 - OBJETIVOS BIOLÓGICOS PESQUEIROS:

Ex: Estabelecer limites para o esforço de captura, o controle do uso das principais espécies e a proteção dos estoques jovens (recrutamento), entre outros.

2 - OBJETIVOS ECOLÓGICOS:

Ex: Assegurar a manutenção das condições ecológicas do ecossistema, assim como do estoque dos recursos, definindo práticas de conduta de pesca responsável. Comprometer todos os seguimentos envolvidos no processo de gestão na aplicação de normas e medidas de uso acordadas (tamanhos mínimo de captura, defesos, áreas protegidas, etc.).

3 - OBJETIVOS SÓCIO- ECONÔMICOS

EXS.

- Discutir e disponibilizar programas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras, como educação, saúde e habitação, dentre outros.
- Buscar meios que possibilitem atingir o limite de geração máxima de renda e lucro, sem, contudo, comprometer a recuperação dos recursos nas áreas mais críticas e a manutenção da sustentabilidade a longo prazo.
- Buscar mercados alternativos, de forma a diminuir a dependência de poucos mercados que tendem a monopolizar negócios e condicionar preços.
- Melhorar a qualidade do produto a ser colocado no mercado.
- Obter preço justo na primeira comercialização, de forma a propiciar a maior renda possível ao pescador.
- Desenvolver ação específica para—buscar alternativas que evitem o desperdício do produto e subprodutos em toda a cadeia produtiva

4- OBJETIVOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Sensibilizar a comunidade sobre a pesca responsável;
- Promover a saúde da comunidade pesqueira;
- Incorporar a comunidade no processo de gestão compartilhada e participativa no processo decisório por meio de reuniões de ordenamento; e
- Introduzir tecnologia de pesca e de processamento modernas, porém responsáveis;

5- OBJETIVOS LEGAIS

- A revisão periódica e adequação da legislação devem ser permanentes e decorrentes do processo de gestão compartilhada em implementação.

III - PONTOS DE REFERÊNCIA

Os pontos de referência podem ser classificados em duas categorias: Pontos de Referência Objetivos (PROs) e Pontos de Referência Limites (PRLs).

Os PROs indicam um estado de uma pescaria ou um recurso que se considera desejável e cuja adoção de plano de gestão deve buscar, em qualquer fase de exploração do estoque.

Já os PRLs indicam o estado de uma pescaria ou recurso que se considera indesejável, neste caso, o plano de gestão deve reverter a situação.

IV - COMO ESSES OBJETIVOS SERÃO ALCANÇADOS

1- QUANTO ÀS MEDIDAS DE GESTÃO UTILIZADAS

1.1 – Limite para o esforço de captura

Regulamentar o uso de métodos e petrechos, tamanho de frota, etc.

1.2 - Controle do acesso ao uso do recurso

Estabelecer restrições de áreas de pesca (criadouros naturais, áreas de exclusão à pesca), etc.

1.3 - Proteger os estoques

Estabelecer tamanhos mínimos de captura, proteger período de reprodução (defeso) ou recrutamento.

2 – QUANTO AO USO DE INCENTIVOS E SUBSÍDIOS (INSTRUMENTOS ECONÔMICOS)

3 – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE APOIO À GESTÃO

4 – O CONTROLE E A FISCALIZAÇÃO (PERMISSIONAMENTO DOS BARCOS, FISCALIZAÇÃO)

- Como e que metodologia deverá ser utilizada para fiscalizar, prioritariamente, as seguintes medidas:

- Controle da frota
- Rígido controle do tamanho mínimo de captura (no desembarque, na comercialização)
- Período de defeso.

5 – A PESQUISA (MONITORAMENTO) COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA GESTÃO

5.1 - Bioecologia

- Produção, esforço, CPUE
- Avaliação de estoques
- Reprodução
- Recrutamento
- Mortalidade
- Outros

5.2 - Monitoramento das condições ambientais

- Influência Climática e pluviométrica
- Qualidade do Meio Ambiente
- Degradação de áreas
- Alteração da hidrodinâmica

5.3 - Socioeconomia

- Total de trabalhadores envolvidos (na produção, beneficiamento, comercialização, construção e manutenção de barcos, etc.)
- Caracterização das comunidades pesqueiras: escolaridade, saúde, infra-estrutura habitacional e sanitária, etc.
- Caracterização do pescador-trabalhador, etc.
- Caracterização da cadeia produtiva: produção (a terceirização da captura), beneficiamento e comercialização;
- Custos de captura e beneficiamento;
- Receita (por segmento – produção ou primeira comercialização e total);
- Principais mercados;
- Preços de comercialização do produto;

6 – A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PROCESSO DE GESTÃO

- Estruturação das organizações de base
- Fortalecimento da relação Interinstitucional
- Capacitação, comunicação e conscientização social sobre gestão de uso dos recursos pesqueiros.

O papel do Comitê e dos Grupos de Gestão.

O Plano de Gestão deve conter uma descrição detalhada da metodologia utilizada para se atingir os objetivos listados anteriormente, tendo como meta os pontos de referência definidos.

V - COMO ESSE PLANO DEVE SER AVALIADO E REVISADO

O Plano de Gestão deve sofrer constantes avaliações e revisões. Os mecanismos de avaliação/ revisão devem estar baseados nos pontos de referências definidos e especificados no corpo do Plano. A avaliação/revisão deverá ocorrer regularmente e sempre que necessário.

O processo de revisão do Plano de Gestão proporcionará uma avaliação da efetividade das medidas propostas, incluindo o levantamento dos dados e informações necessários a essa avaliação.

Lista de Participantes

Nome Herbster R.L. Carvalho		
Instituição CEPNOR/ICMBIO		
Endereço		
Cidade/Estado BELEM	CEP	DDD/Fone: (091) 3274-1237
E-mail heberstercarvalho@gmail.com		Skype herbster.carvalho

Nome Rodrigo de Barros Feltran		
Instituição Universidade Federal de Roraima		
Endereço AV. ENNE Garcez -2413		
Cidade/Estado Boa Vista -RR	CEP 69.304-000	DDD/Fone (95) 8115-0031
E-mail rbfeltran@yahoo.com.br		

Nome Clemeson José pinheiro da Silva		
Instituição IBAMA/CGFAP/COOPE		
Endereço		
Cidade/Estado Brasilia-DF	CEP	DDD/Fone (61) 3316-1202
E-mail Clemeson.silva@ibama.gov.br		

Nome Geraldo Mendes dos Santos		
Instituição Instituto Nacional de Pesquisa Amazônia-INPA		

Endereço Av. André Araujo, 2936-Petropolis		
Cidade/Estado Manaus-AM	CEP 69.083-400	DDD/Fone (092) 3643-3235
E-mail gsantos@inpa.gov.br		
Nome Júlio Cesar Sá de Oliveira		
Instituição Universidade Federal do Amapá-UNIFAP		
Endereço Rodovia JK, KM 02 –Marco Zero		
Cidade/Estado Macapá-AP	CEP 68.900-000	DDD/Fone (096) 8115-9919
E-mail juliosa@unifap.br		

Nome Werner Damião Morhy Terrazas		
Instituição Universidade do Estado do Aprá -UEPA		
Endereço CCNT/UEPA Trv. Eneas Pinheiro, 2226 -marco		
Cidade/Estado Belém-PA	CEP 66.015-100	DDD/Fone (091) 8813-0706
E-mail werner@uepa.br – werner@hotmail.com		Werner.terrazas

Nome Carolina R.C Doria		
Instituição Universidade Federal de Rondônia		
Endereço Rua Cinco , 2785 –residencial Forte Principe		
Cidade/Estado Porto Velho-RO	CEP 78903-675	DDD/Fone (69) 3229-1875
E-mail carolinarcdoria@uol.com.br		

Nome

Michel F. Catarino		
Instituição Instituto Piagaçu (RDS Piagaçu-Purus)		
Endereço Rua UZ, QD 7 , nº8 Conj Morada do Sol.		
Cidade/Estado Manaus-Am	CEP	DDD/Fone (92) 3236-4482/91732412
E-mail michelcatarino@yahoo.com.br		michelcatarino

Nome Antonio Francisco da Silva		
Instituição Universidade Federal do Acre-UFAC		
Endereço Prof. Abilio Sélio de Souza		
Cidade/Estado Rio Branco -AC	CEP 69.900-000	DDD/Fone (068) 9986-5812
E-mail afsilva@netsite.com.br		

Nome Flávia Lucena Fredou		
Instituição UFPA –Faculdade de Oceanografia		
Endereço Campus do Guamá Av. Augusto Corrêa s/n		
Cidade/Estado Belém-PA	CEP	DDD/Fone (91) 3201-7983
E-mail flucena@ufpa.br		flaviafredou

Nome Lucia A.F. Mateus		
Instituição Universidade Federal do Mato Grosso		
Endereço Derpto de Botânica e Ecologia –IBA Campos Universitário		
Cidade/Estado	CEP	DDD/Fone

Cuiabá-MT	78060-900	(65) 3615-8827
E-mail lmateus@ufmt.br		Luciam13568

Nome Janice Peixer		
Instituição CEPTA/ICMBIO		
Endereço Km 6,5 /Pirassunga/SP		
Cidade/Estado Pirassununga/SP	CEP 13641-001	DDD/Fone (19) 3565-1299
E-mail janicepx@hotmail.com		Janice Peixer

Nome Carlos Edwar de Carvalho Freitas		
Instituição Universidade Federal do Amazonas-UFAM		
Endereço Av. General Rodrigo Otavio, 3000-Coroado		
Cidade/Estado Manaus AM	CEP 69.077-000	DDD/Fone (92) 2125-6556
E-mail cefreitas@ufam.edu.br		

Nome Jacqueline Studart Lins de A. Campos		
Instituição IBAMA/CGFAP/COOPE		
Endereço Av. L4 norte Ed. Sede do IBAMA		
Cidade/Estado Brasilia-DF	CEP	DDD/Fone (61) 3316-1228
E-mail Jacqueline.campos@ibama.gov.br		

Nome Marcelo Bassol Raseira		
--------------------------------	--	--

Instituição CEPAM/ICMBIO		
Endereço Ministro João Gonçalves de Souza S/N Distrito Industrial		
Cidade/Estado Manaus-AM	CEP 69.075-830	DDD/Fone (92) 3613-3083/8122-4362
E-mail mraseira@gmail.com		mraseira

Nome James Douglas oliveira Bessa		
Instituição CEPAM		
Endereço Ministro João Gonçalves de Souza S/N Distrito Industrial		
Cidade/Estado	CEP 69.075-830	DDD/Fone
E-mail James.bessa@ibama.gov.br		

Nome Renato Soares Cardoso		
Instituição Centro de Excelencia Ambiental da Petrobras -CEAP		
Endereço Rua rio Mar, 183 –Ed. Sadir Ale		
Cidade/Estado Manaus-AM	CEP	DDD/Fone (92) 2125-6525
E-mail recompisci@yahoo.com.br		

Nome Antonio Carlos Witkoski		
Instituição Universidade Federal do Amazonas-UFAM		
Endereço Rua Paraiba , 830 BL 06, Ap 20 –A Adrianopolis		
Cidade/Estado Manus -AM	CEP 69059-020	DDD/Fone (92) 3236-4338/99021564

E-mail acwitkoski@uol.com.br	
---------------------------------	--

Nome Daniel Vieira Crepaldi		
Instituição PNDPA/IBAMA		
Endereço		
Cidade/Estado	CEP	DDD/Fone
E-mail Daniel.crepaldi@hotmail.com		

Nome Julio Alberto Dias Siqueira		
Instituição IBAMA/AM		
Endereço		
Cidade/Estado	CEP	DDD/Fone
E-mail Julio.siqueira@ibama.gov.br		Julio_pesca

Nome Rafaela Nascimento Vicentini		
Instituição CEPAM		
Endereço		
Cidade/Estado Manaus/AM	CEP	DDD/Fone (92) 3613-3080
E-mail Rafaela.vicentini@icmbio.gov.br		Rafaela.vicentini

Nome José Gurgel Rabello Neto		
Instituição		

Instituto Piagaçu		
Endereço Rua UZ Quadra 7, nº 8 Morada do Sol		
Cidade/Estado Manaus/AM	CEP	DDD/Fone (92) 3236-4482
E-mail Zeca-ipi@yahoo.com.br		Zecarabello?

Nome Sara Quízia Corrêa Mota		
Instituição IBAMA/CGFAP/COOPE		
Endereço IBAMA SEDE		
Cidade/Estado Brasilia-DF	CEP	DDD/Fone (61) 3316-1228
E-mail Sara.mota@ibama.gov.br		Saraskype257

Nome José Dias Neto		
Instituição IBAMA/CGFAP		
Endereço IBAMA SEDE		
Cidade/Estado Brasilia-DF	CEP	DDD/Fone (61) 3316-1480
E-mail jose.dias-neto@ibama.gov.br		